

Votação do aborto pode ser adiada, diz autor



Sessão temática no Senado teve atriz interpretando feto que reagia à interrupção da gravidez

O deputado federal Sústenes Cavalcante (PL-RJ), um dos autores do projeto de lei que equipara o aborto ao crime de homicídio, admitiu que a votação da proposta na Câmara dos Deputados poderá ficar para depois das eleições municipais.

A mudança de postura do deputado, que é um dos líderes da bancada evangélica, se deu após uma enxurrada de críticas e uma série de protestos em diversas cidades nos últimos dias. Enquanto a urgência do projeto foi aprovada em uma votação relâmpago que durou apenas 23 segundos, a análise do mérito da matéria em plenário terá "o ano todo" para acontecer, disse Sústenes. Até então, a expectativa dos evangélicos era que a discussão ocorresse já nos próximos dias.

Segundo o parlamentar, o projeto de lei é uma promessa feita pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), quando se candidatou à reeleição em 2023, e o cumprimento dela está vinculado agora ao apoio para a eleição de um sucessor. Lira permanece na presidência da Casa até o final do ano, quando não poderá se candidatar outra vez.

– Não estou com pressa nenhuma. Votei a urgência e agora temos o ano todo para votar isso. Lira tem compromisso conosco e ele pode cumprir até o último dia do mandato dele – disse, afirmando que, se Lira não cumprir o acordo, "fica difícil de pedir apoio (para seu candidato à sucessão)".

Pelo projeto, a interrupção da gestação após 22 semanas poderia gerar até 20 anos de prisão. Um dos pontos mais polêmicos é que isso valeria, inclusive, em casos de estupro. Na prática, significa que uma vítima que decidisse fazer aborto estaria sujeita a uma pena maior do que a do esturpador.

Atualmente, o Código Penal só autoriza o aborto em três situações, e uma delas é a gravidez decorrente de estupro – as outras são quando a mulher corre risco de morte e não há outro jeito para salvá-la e em casos de fetos com anencefalia.

Ministro

Também ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse não ver "ambiente" para que o projeto avance.

– Acredito que não tenha clima e ambiente. Nunca houve compromisso nosso, inclusive dos líderes, não só do governo, como de vários líderes, para votar mérito. E acredito que não tem ambiente para se continuar o debate sobre um projeto que estabelece uma pena para o esturpador menor que para a menina ou mulher esturpada – disse.

Ainda conforme Padilha, na reunião de coordenação política realizada ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a posição contrária ao projeto. No sábado, Lula classificou a proposta como "insanidade".

Desdobramentos

PRESIDENTE DO CFM DIZ QUE AUTONOMIA DAS MULHERES TEM LIMITES

• O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), José Hiran da Silva Gallo, disse ontem que há limites na "autonomia da mulher" em relação à gravidez.

– A autonomia da mulher, esbarra, sem dúvida, no dever constitucional imposto a todos nós, de proteger a vida de qualquer um, mesmo um ser humano formado por 22 semanas – afirmou Gallo.

• As declarações foram dadas em uma sessão no Senado em que foi discutida a resolução do CFM que proibiu a assistolia fetal – procedimento usado na interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. A sessão teve até performance, na qual uma atriz incorporava um feto reagindo a um aborto.

CONSELHO DA OAB AFIRMA QUE PROJETO DE LEI É INCONSTITUCIONAL

• Por aclamação, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou ontem parecer em que classifica como inconstitucional e ilegal o projeto que equipara o aborto ao crime de homicídio.

• "As vítimas de estupro, meninas e mulheres, não precisam de clemência, mas de respeito do Estado! Reservemos o cárcere aos seus violadores!", diz o documento.

• Segundo a OAB, a criminalização proposta configura "gravíssima violação aos direitos humanos".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 6